

Nota oficial do Sindicato dos Servidores Efetivos e Estáveis da Assembleia Legislativa – SINFEEAL, do Sindicato dos Servidores da Justiça - SINDJUS, do Sindicato dos Auditores Externos do TCERS – CEAPE e da Associação dos Servidores da Justiça - ASJ, da Associação dos Contadores, Escrivães e Distribuidores da Justiça - ACEDIJUS e da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul – ASTC sobre o “pacote de projetos” do Poder Executivo.

Entidades clamam pela união dos servidores para discutir, de forma transparente e consciente, o “pacote de projetos” enviado ao Poder Legislativo pelo Governo do Estado e a conscientizar os Senhores Parlamentares a não aprovarem os projetos, que se mostrarem contrários aos interesses da sociedade gaúcha e dos servidores estaduais.

Na condição de sindicatos, associações e entidades que, com responsabilidade e bom senso, representam parte dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, somos estritamente contrários ao “pacote de projetos” do Poder Executivo, nos moldes em que foi apresentado ao Parlamento Gaúcho, sem qualquer discussão da matéria com os servidores.

A crise no nosso Estado, decorrente da sonegação e das isenções fiscais, que já vinha ocorrendo há tempo, agravou-se com a total incompetência em gestão pública do atual Governo, deixando a população gaúcha totalmente desassistida nas áreas de segurança, saúde e educação.

Agora, com o envio desse “pacote de projetos” ao Poder Legislativo, o Governo do Estado propõe medidas extremamente nocivas ao povo gaúcho e, em especial aos seus servidores, entre as quais a alteração do calendário de pagamentos dos salários e do 13º salário, assim como o aumento da contribuição previdenciária entre outras.

Um grande número de servidores públicos tem sofrido, neste Governo, com os seus vencimentos parcelados, pagos com significativos atrasos, não conseguindo, por isso, atender às necessidades básicas de uma sobrevivência digna.

A proposta do Poder Executivo tenta mascarar a incompetência do atual Governo e, ao mesmo tempo, transferir aos servidores estaduais a responsabilidade pelo desmonte do Estado.

Os Poderes Legislativo e Judiciário e demais órgãos públicos do RS – TCERS e MP – desde o “famigerado” Pacto pelo Rio Grande, em 2006, reduziram seus orçamentos consideravelmente, mantendo-os dentro do mínimo indispensável para seus funcionamentos.

Neste contexto, é necessária e oportuna a união das entidades representativas de todas as categorias de servidores do Estado. Somente assim, com a população e o Parlamento Gaúcho conscientes dos malefícios provocados por essa trágica iniciativa do Poder Executivo, será possível combater essa proposta do Governo.

Sem sombra de dúvida, tal iniciativa, constitui-se em um avassalador retrocesso nos direitos dos servidores e o consequente desmonte total da administração pública do nosso Estado, com reflexos negativos na prestação dos serviços públicos devidos à sociedade rio-grandense.

Assinam este documento as seguintes entidades representativas dos servidores gaúchos:

SINFEEAL, SINDJUS, CEAPE, ASJ, ACEDIJUS e ASTC.

Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.